



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

---

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

---

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Amanda Costa da Kelly Veiga  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Pedro Henrique Máximo Pereira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-529-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.294210410>

1. Arquitetura. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura é espaço existencial. A cidade, um espaço existencial elevado à potência do social. São existenciais porque estão intrinsecamente relacionados, são intimamente ligados à vida individual e coletiva que neles se constituem. Portanto, são políticos, históricos e lócus de rebeldia criativa por excelência.

Esta compreensão é uma das chaves para o entendimento da necessidade da multidisciplinaridade. É também um dos mais potentes argumentos para viabilizarmos a garantia das fronteiras disciplinares já abertas e justificativa irrefutável para a abertura de novas fronteiras. É, portanto, o fundamento para uma abordagem complexa sobre realidades que são complexas. O espaço e a vida que nele ocorre carecem de abordagens diversas e variados modos de investigação, dada a clara compreensão da impossibilidade da apreensão total de objetos de estudo dessa natureza.

Este livro, o segundo volume de “Arquitetura e Urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinaridade”, publicado pela Atena Editora, dá um passo nessa direção. Ele é composto por 17 artigos, cujos temas variam do edifício ao território, passando pela paisagem, região e pelo urbano. Neles as abordagens também variam. Vão das escalas micro, compreendendo a rua, os espaços arquitetônicos de edifícios e interfaces entre o concreto e o virtual-digital à escala da cidade, da região e do território.

Deste conjunto é possível afirmar que o que atravessa todos os 17 artigos é a compreensão de tais temas, escalas e objetos de pesquisa como fontes inesgotáveis de abordagens disciplinares diversas. Por isso não encerram as discussões sobre os objetos analisados, mas deixam em aberto para discussões outras com interfaces dos saberes da arquitetura e urbanismo com a antropologia, a pedagogia, as engenharias, o planejamento urbano e regional, a geografia, a agronomia, a história, a economia, a ecologia, a psicologia, a filosofia, as ciências da computação e programação, a administração, entre tantas outras áreas que poderiam ser aqui citadas.

É possível ainda identificar movimentos interdisciplinares a partir deles. Há um notável trânsito de literaturas de disciplinas distintas utilizado como recurso para a leitura dos objetos neles analisados. Neste sentido, tais artigos indicam a necessidade de reconhecimento do valor e da contribuição de disciplinas próximas e distantes, mas não somente isso. Eles indicam a potência do reconhecimento das mais diversas disciplinas como partes de um campo amplo de investigações, nem sempre pacificado, jamais homogêneo, mas colaborativo e essencialmente crítico.

Assim, estimo boa leitura a leitoras e leitores!

Pedro Henrique Máximo Pereira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

AS TIPOLOGIAS DE PAISAGENS QUE CONECTAM O PARQUE DA PAZ E O TECIDO URBANO DO CONCELHO DE ALMADA – ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Noêmia de Oliveira Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104101>

### **CAPÍTULO 2..... 27**

LIMES FRANCOLÍ, PAISAJES DE FRONTERA A RITMO SINCOPADO

Josep Maria Solé

Lluís Delclòs

Olivia Malafrente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104102>

### **CAPÍTULO 3..... 43**

CENTROS CULTURAIS E A CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO E O SESC 24 DE MAIO COMO EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À CULTURA

Júlia Martins Souza Pipolo de Mesquita

Celso Lomonte Minozzi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104103>

### **CAPÍTULO 4..... 52**

ARQUITETURA E ACESSIBILIDADE: FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MARANGUAPE - CEARÁ

Zilsa Maria Pinto Santiago

Virna Maria Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104104>

### **CAPÍTULO 5..... 69**

MAPEANDO LOS OJOS EN LA CALLE DE JANE JACOBS EL ALGORITMO GENERATIVO DE LA VIGILANCIA NATURAL PASIVA

Iñigo Galdeano Pérez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104105>

### **CAPÍTULO 6..... 80**

O USO CULTURAL DA MADEIRA NA ARQUITETURA: TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E AS MADEIRAS EMPREGADAS NAS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

William Jorge Pscheidt

João Carlos Ferreira de Melo Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104106>

### **CAPÍTULO 7..... 97**

O AMBIENTE DA INTERAÇÃO MUSEAL: DA FISCALIDADE AO TOUR 360°

Pablo Fabião Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104107>

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>110</b>
ASSENTAMENTOS INFORMAIS E LEGISLAÇÃO URBANA - INVISIBILIDADE OU NEGAÇÃO? O CASO DA VILA XURUPITA EM BARREIRAS, BA/BRASIL	
Rogério Lucas Gonçalves Passos	
Natália Aguiar Mol	
Lorena J. Coelho Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108">https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>126</b>
CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES URBANAS EM CIDADES BRASILEIRAS	
Isabela Casalecchi Bertoni	
Lilian Masumie Nakashima	
Maysa Leal de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109">https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>138</b>
UM BREVE OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES E A SUSTENTABILIDADE NA MUDANÇA DE PARADIGMAS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO	
Karliane Massari Fonseca	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>150</b>
DESEMPENHO DA FILTRAÇÃO LENTA EMPREGADA NO TRATAMENTO DA CARGA DE DBO ORIUNDA DE ESGOTO DOMÉSTICO	
Ariston da Silva Melo Júnior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>164</b>
CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA SOB PERSPECTIVA MORFOLÓGICA	
Mayara Henriques Coimbra	
Gislaine Elizete Beloto	
Letícia da Mata Silva	
Ana Julia Ceole	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>181</b>
PLANES REGIONALES: UNA EXPERIENCIA DE GESTIÓN Y REVITALIZACIÓN EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO	
Denise Gonçalves Lima Malheiros	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013</a>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>195</b>
O TOMBAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL	
Giorgio da Silva Grigio	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>210</b>
OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO- BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL	
Yara Regina Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>229</b>
ÁREAS METROPOLITANAS DE BELÉM E BRASÍLIA NOVOS RECORTES PARA ANÁLISE	
Ricardo Batista Bitencourt	
Ramon Fortunato Gomes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>255</b>
UMA ABORDAGEM CONFIGURACIONAL PARA O ENSINO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Fernando dos Santos Calvetti	
Michele Staub de Brito	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>268</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>269</b>

# CAPÍTULO 15

## OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO- BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL

*Data de aceite: 21/09/2021*

**Yara Regina Oliveira**

Coordenação Distrito Federal ICOMOS BR

**RESUMO:** Tomando como ponto de partida o relatório de uma visita técnica à Escola do Patrimônio de Chaillot, em Paris, o presente trabalho tematiza a questão do Valor Universal Excepcional implicado na inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial. A visita “Olhares cruzados sobre o Patrimônio Cultural Moderno: o caso preservação de Brasília patrimônio cultural mundial” teve por objetivo a consulta de documentos originais sobre o processo de inscrição de Brasília como patrimônio mundial junto ao acervo do ICOMOS Internacional e de investigação sobre os instrumentos normativos e políticas públicas empregadas para a salvaguarda e promoção do patrimônio arquitetônico moderno. No primeiro momento, sistematizou-se uma pesquisa sobre a experiência realizada entre 40 cidades históricas reconhecidas como patrimônio mundial – instrumentos para entender e agir - publicada em 2014 pela UNESCO, onde são correlacionadas as questões da salvaguarda do patrimônio e o desenvolvimento urbano do bem. São apresentados os mecanismos de projetos e a estrutura necessária para implementar as ações e, por fim, revela-se a articulação entre o projeto, os valores do patrimônio e o projeto urbano. No segundo momento, aborda-se o estudo de caso do HAVRE, cidade moderna

mundial reconhecida pela UNESCO em 2015 e aprovação do Plano de Gestão Urbana, em 2019, onde a questão de articulação entre os valores do patrimônio serve de patamar para a evolução da cidade. O relatório conclui com algumas pistas de aproximação para o caso de Brasília, levando em consideração as questões abordadas nos relatórios anuais da UNESCO.

**PALAVRAS - CHAVE:** Patrimônio cultural urbano. Instrumentos de salvaguarda e valorização do patrimônio histórico mundial. Brasília patrimônio cultural mundial. Conservação urbana. Patrimônio urbano. Paisagem cultura. Meio ambiente.

**ABSTRACT:** Taking as a starting point the report of a technical visit to the Heritage School of Chaillot, in Paris, the present work thematizes the issue of Outstanding Universal Value implied in the inscription of Brasília on the World Heritage List. The visit “Crossed views on the Modern Cultural Heritage: the case preservation of Brasilia world cultural heritage” aimed to consult original documents on the process of inscription of Brasilia as a world heritage with the collection of ICOMOS International and research on the instruments normative and public policies used to safeguard and promote modern architectural heritage. At first, we systematized a survey on the experience carried out among 40 historic cities recognized as world heritage – instruments for understanding and acting – published in 2014 by UNESCO, where the issues of how to reconcile the safeguarding of heritage and the urban development of the good are correlated. The project mechanisms and the necessary structure to implement the actions are presented,

and finally, it reveals the articulation between the project, the heritage values and the urban project. In the second moment, the case study of HAVRE modern world city recognized by UNESCO in 2015 and approved the Urban Management Plan, in 2019, is addressed, where the issue of articulation between heritage values serve as a platform for the evolution of the city. The report concludes with some approximations for the case of Brasília, taking into account the issues addressed in UNESCO's annual reports.

**KEYWORDS:** urban cultural heritage, instruments for safeguarding and valuing the world's historical heritage, Brasília world cultural heritage, urban conservation, urban heritage, cultural landscape and the environment.

## 1 | INTRODUÇÃO

Brasília foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em 1987. A responsabilidade administrativa pela preservação local, na época, cabia à Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Distrito Federal (GDF) por meio do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA). Essa determinação foi fundamentada no Decreto 10829/GDF, de 14 de outubro de 1987, instrumento legislativo submetido pelo governo brasileiro ao Comitê do Patrimônio Mundial, que permanece em vigor até hoje como garantia vinculativa para a proteção de Brasília. Em seguida, foi decretada como Conjunto Urbano de Brasília (CUB) uma área de 120 quilômetros quadrados, cujo urbanismo fundamenta-se nas quatro escalas urbanas estabelecidas por Lúcio Costa – Monumental, Gregária, Residencial e Bucólica. O reconhecimento histórico federal data de 1990.

“Essas quatro escalas urbanas, Monumental, Gregária, Residencial e Bucólica, que orientam o estabelecimento dos parâmetros de preservação do CUB, são valores arrolados, aprovados e indeclináveis no tombamento federal, constituindo âncoras para a compreensão do urbanismo da cidade e fundamentado na identificação e diferenciação de características morfológicas, de uso e de significado dos espaços do conjunto urbano tombado. Longe da generalidade e imprecisão conceitual a que por vezes são relegadas, as escalas de Brasília orientam o zoneamento e o crescimento da cidade, balizando ocupações previstas na concepção urbanística, mas que não foram integralmente implantadas, tendo permanecido em seu esboço” Stenzel 2018<sup>1</sup>.

Atualmente, entre a esfera do Distrito Federal e a do Governo Federal, as responsabilidades da gestão e proteção do CUB são distribuídas em geometria variada entre a Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, vinculada à Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, e a Superintendência do Distrito Federal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), esse último vinculado ao Ministério do Turismo.

Devido a seus atributos, Brasília foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial nas

---

<sup>1</sup> A esse respeito, ver a análise da Portaria 166 elaborada por Emilia Stenzel, no relatório de 2018 enviado ao Icomos Internacional”

categorias estabelecidas pela UNESCO: (I) representar uma obra prima do gênio criativo humano e (IV) ser exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou da paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana. A inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial atesta o reconhecimento de seu valor para a humanidade por parte da comunidade de países signatários da Carta das Nações Unidas. Com uma história muito rica em arqueologia, paisagem natural, comunidades cerratenses, que antecedem a construção da capital assim como a história da diáspora de sua construção, o Conjunto Urbanístico de Brasília constitui, com seu urbanismo e sua arquitetura, inigualável expressão do modernismo do século XX e da civilização brasileira.

A salvaguarda dos valores patrimoniais do genuíno plano urbano do CUB deve ser a alavanca para o projeto de futuro compromisso assumido pelo Estado perante a Convenção Internacional. Isso requer a adoção de uma visão de futuro da cidade que proteja seu Valor Universal Excepcional, assegurando a economia e, ao mesmo tempo, promovendo a sustentabilidade<sup>2</sup>.

O objetivo é trazer reflexões que promovam e participem da construção do Plano de Preservação do Conjunto Urbano de Brasília (PPCUB), iniciado em 1994, e da criação do seu comitê gestor de preservação nos moldes das orientações das Nações Unidas. Trazemos a experiência de exemplos internacionais apresentados na coletânea de estudos de casos sobre a conservação e a gestão das cidades históricas inscritas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

## 2 | CIDADES HISTÓRICAS EM DESENVOLVIMENTO

### A) Instrumentos para compreender e agir

Existem dois tipos de relação entre sítio histórico e sítio urbano.

Sítios tombados correspondem a um bem tombado dentro de um contexto urbano. Estão presentes há mais tempo na Lista do Patrimônio Mundial do que as cidades como sítios históricos.

As cidades consideradas sítios históricos, adotados desde 1972 pela convenção do patrimônio da UNESCO, acompanham a evolução do conceito. As cidades de Quito (Equador), Cracóvia (Polônia), Cairo histórico (Egito) e Antiga Guatemala (Guatemala) foram os primeiros bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em 1978-1979. São sucedidas pela noção de territórios vivos e habitados, tal como a cidade de Porto (Portugal) em 1996. Hoje, grandes territórios urbanos são inscritos na Lista do Patrimônio Mundial levando em consideração a complexidade do sistema urbano como, por exemplo, o vasto espaço da cidade de Bordeaux inscrita em 2007. Há uma tendência atual para a inscrição, na Lista do Patrimônio Mundial, de conjuntos vastos de territórios com características urbanas, na categoria de *paisagem cultural*, tal como as paisagens cariocas, entre a montanha e o mar,

<sup>2</sup> Princípios encontrados nas cartas patrimoniais de Veneza de 1964 e de Burra de 1980 ICOMOS.

no Rio de Janeiro (Brasil) ou as Bacias de minério do Nort Pas-de-Calais (França) como cidades operárias, ambas inscritas em 2012.

Na presença de bens mistos, paisagem cultural ou bens naturais do ponto de vista da inscrição, verifica-se que, nos últimos decênios, as cidades são partes integrantes da paisagem cultural, o que leva de maneira flagrante à problemática da relação da escala, da governança e da harmonização das políticas setoriais.

### **B) Características dos estudos de casos e temas de desenvolvimento urbano**

Para estabelecer as variáveis dos estudos de casos, foram criadas fichas para cada um dos estudos dos quatro cantos do planeta. Entretanto, as respostas foram estabelecidas de forma independente e voluntária por cada representante dos sítios estudados. Em síntese, os estudos de casos ilustraram os seguintes *diferentes tipos de intervenção patrimonial e urbana*:

- Gestão do fluxo e do deslocamento (mobilidade e transporte).
- Conservação e valorização (restauração de monumentos históricos com a reutilização complexa e reabilitação dos edifícios antigos direcionados à habitação).
- Planejamento e ordenamento do território (realização de equipamentos, reestruturação de bairros, quarteirões antigos ou terrenos industriais baldios, requalificação paisagística e/ou ecológica de espaços públicos).
- Desenvolvimento econômico, social e cultural (diversidade social, estrutura comercial e controle do comércio informal).
- Gestão do turismo (gestão dos fluxos, centro ou polos de interpretação cultural).
- Governança e relações com o público (instrumentos de planejamento e uso do solo, coordenação e consultas, participação e informação, aprimoramento das competências municipais).
- Montagem financeira específica (associando os diferentes níveis territoriais, nacionais e internacionais, créditos públicos e privados, interesse dos proprietários).
- Consideração das questões energéticas.
- Gestão de crise perante uma catástrofe natural, militar ou política.

A *gênese* de todos os projetos parte de *uma ameaça* contra a valorização ou de gestão da cidade histórica.

Os *projetos* adotados abordam os seguintes *temas*: ordenamento, gestão urbana, conservação e valorização, governança e relação com o público e usuários.

Quanto às *problemáticas* que são confrontadas em relação às cidades temos: integração da arquitetura contemporânea no tecido urbano antigo, valorização econômica do patrimônio, mudanças climáticas, riscos naturais ou políticos que incidam no sítio reconhecido como patrimônio mundial, tributação e financiamento, integração da

infraestrutura e da rede.

### ***O princípio dos prismas de leitura dos estudos de casos***

A partir de *três prismas de leitura* como denominador comum para os estudos de casos, temos:

- No que tange à **conservação e valorização do patrimônio**, a preservação da integridade e autenticidade do **Valor Universal Excepcional** deve ser uma constante preocupação nas políticas públicas.
- Levar em consideração o **ponto de vista dos usuários** (moradores, trabalhadores, turistas, visitantes, empresas etc.) que têm demandas e implementações específicas em domínios variados como moradia, requalificação dos espaços públicos, mobilidade e deslocamentos ou ainda oferta turística.
- Os governos locais das cidades históricas estabelecem o diagnóstico e elaboram as políticas urbanas como respostas aos desafios, fazem a gestão de sua operacionalidade e os integram no projeto urbano. O maior desafio está, na maioria das vezes, na **articulação das diferentes escalas do território**: a do bem patrimônio mundial, a cidade histórica e a do território do projeto do governo que se articulam ao nível local em relação às instâncias de decisões regionais nacionais e internacionais.

### ***Demandas e temas emanados pelos diferentes atores provedores de políticas públicas***

O conjunto de atores das cidades históricas é caracterizado pelos profissionais do patrimônio, pelos usuários cotidianos ou ocasionais e pelos detentores de decisão. Sistematizando as demandas e as necessidades expressas nesse universo dos atores apresentados- detentores de decisão, usuários ou *experts* – o estudo da UNESCO revela dez temas/categorias como provedoras de ações ou políticas patrimoniais locais: o conhecimento do bem, a governança, a morfologia urbana, o espaço público, o monumento, a moradia, a diversidade socioeconômica, o turismo, a infraestrutura e a mobilidade.

- O *conhecimento do bem* se articula às diferentes produções:
  - produção do conhecimento sobre o bem inscrito através de inventários, estudos históricos arquitetônicos, paisagístico, socioeconômicos, arqueológicos ou enquetes orais, de memória;
  - difusão o mais abrangente possível com ações de formação, comunicação, sensibilização e educação patrimonial;
  - exploração desse conhecimento para fins de diagnóstico e de proteção normativa.

O *conhecimento do bem* é sempre “o parente pobre” dos projetos urbanos e das grandes obras de infraestrutura, associadas quase sempre aos serviços de programação com verba escassa e pouco tempo para o *conhecimento*. É o caso, por exemplo, das buscas arqueológicas preventivas, enquanto que, na realidade, o *conhecimento* pode

ser explorado e utilizado para fins comerciais muitas vezes vazios de conteúdo. Assim, a comunicação assume o seu papel de ajuda na compreensão de um contexto, nas decisões e até na produção de normas e regulamentação.

- *A governança*

A discussão da governança se desdobra em questões de transparência, participação e compartilhamento de responsabilidades nos processos de decisão e de políticas públicas. Ela exige a intervenção de diferentes atores e de diferentes domínios de competência e expertises tratando, nas diferentes escalas institucionais, da integração e participação dos cidadãos e dos atores locais. Nos estudos de casos realizados pela UNESCO, foi observada a governança urbana patrimonial das cidades históricas. Em alguns estudos, verificou-se a competência dos governos locais com capacidades técnicas e de governo para colocar em prática políticas públicas e exercer uma governança urbana participativa com todos os cidadãos interessados. Foram identificados nesses estudos diferentes projetos para reforçar a capacidade das administrações e dos atores locais na gestão da cidade e do patrimônio.

Na Albânia, foi detectada a competência das equipes locais na elaboração dos instrumentos da gestão urbana, do planejamento do projeto urbano e ordenamento do território, assim como da proteção do sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Na Holanda, foi instalado um conselho de patrimônio à gestão pública (inicialmente temporário) para assegurar a qualidade do projeto urbano e sua sustentabilidade em conformidade à conservação do Valor Universal Excepcional do bem.

- *A morfologia urbana*

A morfologia urbana designa a forma urbana e seu estudo. Ela se interessa pelo processo de formação e evolução da paisagem urbana como resultado das condições históricas, políticas, culturais (sobretudo as arquitetônicas) nas quais a cidade se criou e se desenvolveu. Essa forma urbana é fruto da evolução espontânea ou planejada pelo poder público. Nos séculos XIX e XX, a abordagem da morfologia urbana das cidades foi sempre associada à abordagem patrimonial com a preocupação de conservar as formas urbanas antigas. A partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento urbano baseado na modernização pela evolução dos modos de transporte, da construção e reconstrução de moradias em grande escala ou, ainda, pelo abandono dos centros históricos, promoveu-se uma onda de experiências audaciosas e inovadoras para a requalificação dos centros antigos.

Partindo dessas premissas, os casos da França, Reino Unido e Itália em suas cidades históricas são objetos privilegiados de estudos urbanos e de inovação urbana criando instrumentos que associam conservação e planejamento onde a pedra angular é a morfologia urbana. No nível internacional, são numerosos os exemplos de cartas, convenções e recomendações que buscaram responder à pressão das transformações

urbanas e da modernização rápida das cidades.

Do ponto de vista da *conservação do bem* no contexto do patrimônio mundial, o estudo da forma urbana foi reforçado pela argumentação da inscrição de cidades e conjuntos urbanos na lista do Patrimônio Mundial. Os questionamentos e desafios da conservação desses sítios urbanos levou a UNESCO a complementar os seus dispositivos de textos normativos existentes e adotar, em 2011, a Recomendação quanto à *paisagem urbana histórica*. A abordagem centrada na identificação dos recursos culturais e a criação do quadro motor para o desenvolvimento urbano são quase sempre fontes de conflitos devido às diferentes culturas profissionais e à falta de políticas coerentes que não estimulam a implementação de princípios diretores que levem em conta a qualidade e os recursos de um centro ou bairro antigo. Essa situação resulta, por exemplo, no isolamento de um bem cultural em um tecido urbano transformado.

A continuidade da forma urbana é também um fator igualmente reconhecido como elemento de composição de integridade e autenticidade das cidades patrimônio mundial. Os estudos de casos apresentam instrumentos implementados para fazer a gestão e medir o impacto dos novos projetos urbanos com a proteção dos valores patrimoniais. Cita-se o caso emblemático da cidade de Vilnius (Lituânia), com torres altas que impactam na integridade visual do sítio histórico, onde instalaram um dispositivo complexo para testar o impacto visual das novas construções.

O desenvolvimento de novos projetos arquitetônicos pode ir contra a continuidade e respeito da paisagem urbana. Os agentes responsáveis pelas decisões e os profissionais encarregados da conservação do patrimônio devem estar vigilantes à eclosão massiva de ícones arquitetônicos que, além do impacto visual, podem desequilibrar o funcionamento urbano do bairro ou do entorno histórico.

Dirigir a atenção sobre a criação arquitetônica contemporânea e sua integração no ambiente patrimonial não significa, de forma alguma, rejeitar as iniciativas. Ao contrário, elas são as fábricas do patrimônio do amanhã, motivo pelo qual reforça-se a necessidade de desenvolver estudos de casos sobre a questão.

- O monumento.

Nas últimas quatro décadas, os objetos patrimoniais se diversificaram:

- A definição de categorias de patrimônio: vernácula, industrial, memorial, autóc-tone ou moderno, para não citar apenas as categorias do patrimônio cultural.
- Extensão dos elementos e das partes constituintes em questão: elementos em série, conjunto de edifícios, rotas culturais, grandes sítios e paisagens, conjunto urbano, paisagem cultural.
- Em relação aos atores e comunidades patrimoniais: Quem identifica? Quem arbitra? Quem seleciona?
- Os usuários, função e reuso efetuados.

A função do “monumento”, a função simbólica para um grupo social – mesmo que a função exprima objetos diferentes - não é modificada. Os monumentos artísticos, pitorescos, culturais ou naturais são incorporados nos sistemas socioeconômicos complexos graças à influência das ciências humanas e das abordagens estruturalistas. A transformação se observa até na Lista do Patrimônio Mundial na qual o valor de alguns bens é modificado ou ajustado. Os sítios de Uluru na Austrália e Arc-et-Senans na França hoje são considerados sítios industriais e não simplesmente testemunhas da grande arquitetura do período Lumières.

Concomitantemente às transformações nas categorias de objeto, os atores ou partes constituintes dos monumentos também modificaram. A sociedade civil, os habitantes, os governos locais estão cada vez mais implicados na “fábrica” do patrimônio. O patrimônio mundial sob a responsabilidade do Estado é testemunho dessa mutação e tem aumentado o interesse dos governos locais (sobretudo das cidades) em terem reconhecidos os bens, bairros, conjuntos, sítios e cidades. A atratividade territorial valorizada pela inscrição na Lista do Patrimônio Mundial contribui para essa inflação patrimonial.

Dos 40 (quarenta) casos estudados, 8 (oito) correspondem a edifícios, isolados ou em conjunto monumental em 2014. Nesta contribuição, o monumento restaurado ou reconvertido sempre inicia em uma política global de conservação e de gestão urbana. São eles bem definidos? São de origem e qual o regime da propriedade do bem? A gestão dos edifícios, a vocação de espaço público ou lugar de memória ou museu, sendo propriedade de apenas um agente, é menos complexo do que uma construção privada “ordinária” cujo controle público é exercido sobre um bem privado e habitado.

O caso de La Antigua Guatemala é um caso emblemático dessa nova abordagem e integração do monumento no desenvolvimento cultural e social de uma cidade histórica. Conceder uma nova vida a um edifício pode revitalizar todo o seu entorno urbano.

É importante conduzir estudos detalhados sobre os usuários e as funções para não adotar sistematicamente modelos estereotipados ou limitar-se apenas a uma função ou uso ou sistema de propriedade que impeça a diversidade social e de usuários. O desafio é identificar as qualidades intrínsecas de um bem e compreender o contexto no qual ele é inserido. Os bens imóveis restaurados para uso apenas de escritórios ou hotéis desnaturam o centro da cidade tanto quando as fachadas em ruínas.

- A habitação

A habitação, enquanto parte de um imóvel destinado à moradia dos habitantes, constitui a parte principal das cidades, associada ou não com outras funções. A maioria dos casos integram a habitação, pois os projetos estudados têm como contexto cidades e bairros históricos com função residencial. Mesmo se a função possui formas, uma estrutura interna e modos de ocupação do solo variados nas diferentes partes do mundo, existe ainda uma problemática comum a todos.

Na segunda metade do século XX, a redução de habitações insalubres nas cidades históricas teve dois efeitos contrários: alguns fazendo “tábula rasa” dos bairros antigos para a reconstrução, precedendo os valores fundiários, e a sede de modernização dos valores culturais e sociais não reconhecidos. Outros exemplos estudaram os valores culturais e sociais para considerá-los como base do projeto urbano.

A questão da habitação, os desafios para os líderes de projeto reside na capacidade de estabelecer coerências normativas, diretrizes, financiamentos e aspirações dos diferentes atores. Também deve ser considerada a capacidade de gestão das normas do setor da construção e da indústria desta, um domínio onde as questões econômicas e o tempo de implementação são desconexas ao do patrimônio.

Os governos locais encarregados da gestão de sítios urbanos históricos têm como desafio mostrar que os modos de vida contemporâneos são compatíveis com a conservação da construção histórica antiga, seja pela reabilitação dos imóveis antigos ou abandonados ou pelas construções novas integradas harmoniosamente no tecido histórico.

- A diversidade socioeconômica

A diversidade funcional das cidades é um princípio urbanístico desenvolvido desde os anos 1960, por urbanistas pioneiros, em reação às grandes transformações urbanas. Atualmente, os países do oeste europeu não buscam mais ordenar o território e as zonas funcionais diferenciadas, mas, ao contrário, dispor ao máximo num território todas as funções necessárias à vida na cidade: alojamento, comércio, sistemas administrativos, culturais, de lazer etc. Eles estão cada vez mais atentos à diversidade social que consiste em priorizar a coabitação no mesmo território, no mesmo bairro e, às vezes, na mesma unidade habitacional, pessoas de diferentes classes sociais.

- *Do ponto de vista da conservação do bem*

A multifuncionalidade é característica de bairros e cidades históricas. Entretanto, a integridade sociofuncional de certos sítios do patrimônio mundial é ameaçada pelo desaparecimento das funções indispensáveis à manutenção da vida nas cidades, o que condiciona a autenticidade dos sítios urbanos reconhecidos mundialmente.

A habitação nos bairros e centros históricos é uma problemática encontrada em vários sítios estudados. Em Tournai (Bélgica), para uma redinâmica socioeconômica através de projetos urbanos, implantou-se novos sistemas e novas atividades com o objetivo de devolver ao centro histórico da cidade o seu retorno econômico.

A gentrificação e a pauperização são fenômenos recorrentes nas cidades históricas em desenvolvimento, onde o valor patrimonial dos sítios pode ser colocado em perigo. É o caso da cidade histórica de Lima (Peru), inscrita na “*Watch List*” no *World Monuments Fund*, em 2008, quando os proprietários abastados deixaram o centro da cidade para se instalarem em bairros novos, próximos aos centros de negócios, transformando o centro em zona parcialmente abandonada e com imóveis degradados.

- *Do ponto de vista dos usuários das cidades históricas*

Os desequilíbrios sociais e funcionais dos centros antigos impactam na vida cotidiana dos habitantes destes bairros. Como em Quito (Equador) ou em Nápoles (Itália), a falta da diversidade socioeconômica dos bairros históricos é acompanhada pelo desemprego, segregação social, insegurança e perda de identidade dos moradores. Os estudos de casos mostram que as ações devem ser participativas e colaborativas, isto é, construídas com a população local. O caso da Avenida 24 de Maio, em Quito, é uma experiência que as autoridades metropolitanas associaram à população desde a pilotagem do projeto até a sua implementação.

- *Do ponto de vista dos governos locais*

As diversidades social e funcional são princípios básicos para as cidades sustentáveis. De maneira geral, os estudos de casos mostram o interesse crescente por esse modelo de desenvolvimento urbano nas cidades históricas, prevalecendo os objetivos globais (clima, biodiversidade e ecologia) e locais (concentração urbana, qualidade de vida, novas formas de mobilidade, desenvolvimento social etc.). A implementação de tais objetivos e ações correspondem tanto à escala macro da cidade e da região quanto à escala micro do quarteirão.

Em relação à questão mais específica da diversidade funcional e social, as ações dos governos locais estão mais implicadas a nível de bairro e de unidades de moradia. Os sítios urbanos mundiais têm sido objeto de grande experimentação e aplicação da diversidade socioeconômica.

- O turismo

A invenção do patrimônio é contemporânea à invenção do turismo. As cidades inscritas na Lista do Patrimônio Mundial contam com diferentes tipos de turismo (de lazer, profissional, religioso etc.) e diferentes tipos turísticos (contínuo, sazonal etc.)

A gestão e o desenvolvimento do turismo constituem um desafio importante para todas as cidades do patrimônio mundial. A promoção de um desenvolvimento turístico é, regularmente, a origem de projetos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

Uma gestão desequilibrada do fluxo turístico engendra ameaças à conservação. O setor de turismo é regularmente apresentado como o único setor de desenvolvimento econômico possível para o patrimônio, enquanto o desenvolvimento de indicadores fins para avaliar o retorno econômico do setor do patrimônio globalmente ainda está por ser consolidado.

A relação do turismo e do patrimônio é o centro das preocupações dos participantes dessa enquête, sejam eles responsáveis pela conservação urbana ou pelo desenvolvimento da cidade.

- A infraestrutura

A infraestrutura designa um conjunto de instalações e de equipamentos, realizados no solo ou no subsolo, necessários ao bom funcionamento da cidade: instalação de transportes (redes férreas, metrô, estradas, autoestradas, área de estacionamentos, portos, aeroportos etc.) e/ou projetos de matrizes energéticas e redes (água, saneamento, eletricidade, gás, telecomunicações etc.).

A gestão complexa da infraestrutura (conceito-projeto, financiamento, instalações, manutenção etc.) é um desafio na atribuição das responsabilidades e da governança. Em função dos lugares onde estão situadas no mundo e nos países, as infraestruturas são mais ou menos públicas e mais ou menos descentralizadas. Às vezes, os governos locais herdam essas responsabilidades sem terem competência e/ou recursos técnicos necessários.

A questão da integração das infraestruturas dentro dos sítios naturais ou sensíveis foi objeto de cartas, normas internacionais, recomendações e convenções, particularmente nos anos 1960, período de grandes mutações e modernização das cidades.

A instalação de infraestruturas nos sítios naturais sensíveis, tais como o tecido denso e complexo das cidades históricas é sempre um ponto de conflito no que tange à manutenção dos valores do bem, sendo racional a problemática dos estudos preliminares, do domínio do conhecimento e dos estudos de impacto. As políticas com dispositivos coerentes, que permitam conciliar valores culturais com limitações técnicas de engenharia, estão ainda em desenvolvimento. E cada vez mais se acumulam experiências positivas dessa natureza.

- A mobilidade

O domínio dos deslocamentos aparece como questão crucial na gestão das cidades históricas em desenvolvimento. O crescimento demográfico, a atratividade econômica e as mutações econômicas explicam as transformações operadas no território. A segunda metade do século XX foi marcada pela hegemonia das políticas de planejamento, favorecendo o automóvel individual em detrimento dos transportes públicos e da qualidade dos espaços públicos. Porém, face à degradação ambiental dos centros da cidade, ao espraiamento urbano e ao aumento do preço do petróleo, emergem novas práticas urbanas de mobilidade, levando progressivamente os governos locais e usuários a romperem com a circulação automobilística. São desenvolvidos adensamentos urbanos e redes de transportes multimodais, constata-se nas cidades patrimônio mundial uma renovação e aumento da frequência dos transportes coletivos, retorno da bicicleta na cidade, multiplicação das áreas para pedestres e uma retração efetiva do automóvel particular.

### **C) A articulação entre o projeto, os valores do patrimônio e o projeto urbano: uma abordagem global**

Os resultados e a restituição dos estudos são voluntariamente esquematizados. A análise não se prestou ao julgamento da qualidade dos projetos nem à explicação porque tal solução funcionou ou não. Não houve tentativas para fornecer receitas nem recomendações.

Esse trabalho objetiva simplesmente alimentar o debate mundial sobre a gestão do patrimônio urbano e relacionar a articulação entre o projeto, os valores do patrimônio e o projeto urbano a partir de estudos de casos concretos.

- *Reação a uma ameaça*

Constata-se que o fato gerador do projeto, o elemento que o desencadeia é, geralmente, uma resposta a uma ameaça do valor patrimonial, uma agressão particular:

- dos valores do patrimônio que não são conhecidos ou insuficientemente conhecidos, por consequência, pouco protegidos ou valorizados;
- a um monumento, um conjunto monumental, um bairro ou um território que conhece dificuldades de gestão ou se encontra em esquecimento por falta de uma vocação cultural, econômica ou social afirmada.
- à disfunção urbana nas infraestruturas, habitação, atividades econômicas que produzem desequilíbrio para os usuários e para a imagem do patrimônio;
- a uma desqualificação do espaço urbano transformado em lugar de conflitos de uso;
- aos fluxos de circulação humana e de mercadorias, que constituem agressões físicas e ecológicas sobre o patrimônio e sobre a vida da cidade;
- a uma atividade turística mal controlada que engendra uma pressão forte em termos de fluxo sobre a gestão do bem, mas, igualmente, o respeito da autenticidade sobre o valor do patrimônio;
- a uma falta de meios, de fragilidade ou de disfunção no processo de governança.

No relato dessas ameaças, pode-se notar a interação entre os desafios patrimoniais e urbanos. As respostas apresentadas pelos estudos de casos não falam exclusivamente do patrimônio, mas se confundem com a gestão da cidade. É uma visão global, seja ela associada desde a origem do projeto ou integrada progressivamente à dinâmica do desenrolar do projeto.

Sem prejulgamentos dos resultados, os exemplos de Bordeaux (França) ou de Puebla (México) são interessantes de serem observados, pois adotam a estratégia a longo prazo para antecipar ameaças.

- Conexões da rede do patrimônio

Mesmo que cada bem, cada contexto e cada projeto seja singular, aparece uma constante nos estudos de caso: os governos locais procuram atribuir uma rede de conexões de uma mesma cadeia de patrimônio.

As contribuições revelam, em graus e modalidades variados, um plano de ação globalmente fundado sobre:

- O conhecimento pelo inventário, estudos preliminares ou buscas arqueológicas, por exemplo;
- O planejamento com um plano de desenvolvimento do setor, mas também caracterizado em temáticas;
- A tradução normativa nos documentos de proteção do patrimônio e do urbanismo;
- A mediação entre todos os atores;
- A informação e as negociações com os cidadãos usuários.

## A implementação operacional

O processo operacional de projeto global alavanca ações a serem ativadas na gestão do patrimônio em interação com a gestão urbana e o desenvolvimento da cidade. Quanto mais a rede é percolada, mais os governos locais beneficiam de estratégias construídas a longo prazo. O caráter multidisciplinar do projeto e de sua inscrição a longo prazo são exercícios difíceis e os instrumentos de avaliação ainda são bastantes experimentais. Nesse sentido, o exemplo de Albi (França), que trabalha nos critérios de avaliação, e o de Beemster (Países Baixos), que trabalha nos dispositivos de qualidade, são interessantes como observação.

- *A gestão do território*

Todas as contribuições feitas se inscrevem numa dinâmica territorial. Aproximadamente um quarto dos estudos de casos ultrapassa o perímetro do bem reconhecido mundialmente, desenvolvendo o projeto em um perímetro maior, às vezes além da zona de amortecimento. O exemplo de Lyon (França), que considera o rio enquanto espaço público em toda sua trajetória no território do município, enquanto apenas um segmento se encontra no cerne do sítio histórico.

A abordagem territorial traz dois aprendizados interessantes: o primeiro traduz a interação entre o projeto patrimonial e o projeto urbano revelado anteriormente; o segundo traduz a atenção acordada à paisagem na grande escala que testemunha a conscientização dos desafios territoriais e ambientais.

- *A gestão do tempo*

Algumas constatações:

- Os desafios do projeto acontecem a longo prazo, além do mandato político ou do controle dos instrumentos técnicos e financeiros avançados.
- O tempo longo necessita do conhecimento, dos recursos e das competências para manter os esforços no tempo.
- Os objetivos do projeto são ritmados por uma realização operacional organizada em períodos curtos.
- Tais objetivos circunscritos devem produzir resultados visíveis para rapidamente dar credibilidade ao público. O tempo do projeto se adapta ao tempo do cidadão.
- Visibilidade e credibilidade produzem efeitos de garantia de sucesso do projeto.

A necessidade de articulação do projeto no tempo planejado é determinada pela visão estratégica, mais ou menos construída ou antecipada, mas constituem a marca de todos os casos estudados. O caso de Puebla (México) é particularmente interessante, inscreve-se na escala de tempo de vários decênios. Essa articulação determina também o processo operacional, bem descrito no esquema que resume os mecanismos de projeto, desde a gênese e a pilotagem até as condições de implementação, desembocando em medidas de gestão perenes, como é o exemplo de Zanzibar (Tanzânia) onde as modalidades particulares de associação dos comerciantes foram instituídas para perenizarem a gestão do espaço público requalificado.

- *A coordenação dos atores*

Todos os estudos descrevem o processo adotado para responder à demanda específica, com propostas de intervenção e organização excepcional para um bem excepcional.

De fato, vários serviços internos de governo local são associados ao processo operacional, sabe-se pertinentemente que a transversalidade não é usual no serviço público. De tais disposições, necessita-se coordená-los entre si. Da mesma maneira, os numerosos atores externos se associam ao processo, quer sejam experts, universitários, serviços públicos de outras instâncias públicas, regionais ou nacionais.

Além dos serviços públicos, a governança dos projetos pode associar membros da alta sociedade civil, proprietários, artesões ou comerciantes, profissionais etc. As parcerias como o setor privado, particularmente com investidores e promotores, também estão presentes em diferentes escalas de intervenção.

E, por fim, a intervenção de atores internacionais, experts da UNESCO, ONGs e apoiadores institucionais é frequente. Uma diversidade de atores mobilizados, sem evocar os saberes dos profissionais da restauração dos monumentos, certamente traz muita

contribuição, mas a sua identificação não foi objeto no trabalho dos estudos de casos. As escalas diversas com modelos de governança variados aparecem em todos estudos de casos como questão central.

- *Integrar o processo e os objetos construindo com os moradores*

Diretamente ou indiretamente, fisicamente ou de forma imaterial, a preservação do Valor Universal Excepcional do bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial para ser transmitido às futuras gerações é, na sua essência, o cerne dos projetos.

A valorização cultural é a primeira motivação, inclusive por ser uma responsabilidade perante a comunidade internacional. Responsabilidade mais ou menos assumida conforme os casos e seu contexto, porém sempre presente ao menos como motor de ação.

É importante também revelar a importância das expectativas dos usuários, tanto habitantes quanto visitantes. A melhora, o desenvolvimento da habitação, do comércio, do emprego e também o descanso, a cultura e o lazer contribuem para a qualidade de vida na cidade, para as relações sociais e a urbanidade.

Os estudos de casos mostram a implicação dos habitantes no cerne dos dispositivos: primeiramente, enquanto grupo social diretamente interessado, são os proprietários, locatários, artesões e comerciantes. Mas também existem os habitantes que se encontram implicados enquanto cidadãos e são associados ao projeto em diversas modalidades e em suas diferentes fases.

Apesar da diversidade e grau de implicação da sociedade civil no processo, é notório que os habitantes e/ou moradores não têm mais como ficarem ausentes do processo da política de salvaguarda do patrimônio. A questão da participação cidadã é uma preocupação presente nos governos locais que fizeram parte do estudo.

Toda e qualquer política de preservação da memória e do patrimônio deve contar com o conhecimento amplo do objeto que se pretende salvaguardar. Nesse sentido, o inventário dos bens a serem protegidos torna-se uma necessidade de primeira ordem, uma vez que não se pode preservar aquilo que não se conhece. Se pensarmos no patrimônio ambiental, podemos, sim, preservar espécies desconhecidas ao estabelecer unidades de conservação – o que levará, adiante, à sua catalogação. Contudo, com o patrimônio cultural, produto da intencionalidade humana, há que se procurar conhecer o bem o máximo possível para que sejam garantidas as condições de sua autenticidade e preservação.

Nesse sentido, inventariar o patrimônio torna-se instrumento fundamental para que ele seja reconhecido.

### **3 | O CONHECIMENTO DA PAISAGEM CULTURAL DA CIDADE DO HAVRE NA FRANÇA - PILAR NA MONTAGEM DO PROCESSO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MODERNO MUNDIAL**

A declaração de Valor Universal Excepcional (VUE) tem se mostrado uma ferramenta

importante no desenvolvimento da política de salvaguarda do bem patrimonial dos sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Esse instrumento foi incorporado pela primeira vez nas Orientações Técnicas de 2005 nas Convenções Internacionais e entrou em vigor em 2007. Em 15 de julho de 2005, o Comitê do Patrimônio Mundial decidiu inscrever na Lista do Patrimônio Mundial “Le Havre”<sup>3</sup>, cidade reconstruída no pós-guerra com os princípios modernistas lançados por Auguste Perret e onde estão associadas obras de Oscar Niemeyer. Tal como Brasília, a inscrição foi justificada pelo atributo IV<sup>4</sup> da UNESCO que apoiou e fundamentou as ações urbanas de salvaguarda e valorização do patrimônio reforçando o caráter de uma obra genuína lançada para o futuro.

Para garantir a proteção e conservação dos atributos inscritos, a UNESCO definiu diretrizes para a implementação de um plano de gestão adequado, traduzindo como o excelente valor universal da propriedade é preservado pelas gerações atuais e futuras. Esse plano de gestão é baseado em quatro temas: preservação, conhecimento, transmissão e valorização do imóvel. Primeiro realizou-se um inventário com perguntas e orientações, num processo dinâmico de sistematização e compartilhamento, a fim de estabelecer o quadro de referência do processo. Como medida de detalhamento e aplicabilidade no território, foram adotadas as seguintes etapas: *conhecimento do bem, integrando os valores culturais atuais, suas potencialidades e os desafios a serem suplantados*. Na França, a gestão urbana patrimonial é embasada em um instrumento frequentemente utilizado de valorização patrimonial urbanístico denominado *Áreas de Valorização da Arquitetura e do Patrimônio (AVAP)*, instrumento que contribui para a formulação das temáticas na construção do Plano de Gestão UNESCO da cidade do Havre.

Os princípios avançados nas Unidades de Valores Universais (UVE) foram declinados com base nos atributos (materiais e imateriais) da narrativa da paisagem cultural. A passagem para a dimensão do território foi associada aos atributos espaciais, históricos, normativos, arquitetônicos, urbanísticos e da paisagem natural.

Entre as treze categorias UVE, exemplifica-se uma delas “*a de que entre as numerosas cidades reconstruídas, o Havre é excepcional pela sua unidade e integridade. Declina-se em três atributos (materiais ou imateriais):*

o **processo** – como atributos espaciais os edifícios e o bairro laboratório (Ilha ISAI, Praça da Prefeitura, entrada da cidade Porta Océane e a frente Sul marítima);

**os materiais** – os diferentes tipos de concreto;

**a linguagem arquitetônica** – coluna, painéis, arcadas, estrutura aparente.

A título de informação, as demais categorias de UVE: Situada na beira mar Manche na Normandia; bombardeada intensamente durante a segunda guerra mundial; zona destruída e reconstruída entre 1945-1964; o planejamento, a gestão da equipe de arquitetos

3 O Havre não consta no grupo de estudos realizados anteriormente pela UNESCO

4 (IV) ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou da paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana.

e urbanistas coordenado por Augusto Perret restauram o centro administrativo, comercial e cultural do Havre associando planejamento e estrutura da cidade pré-existentes às novas ideias (modernistas) de urbanismo e da tecnologia da construção; um dos notáveis exemplos das expressões da arquitetura, urbanismo do pós-guerra.

Os estudos e a elaboração das orientações do plano de desenvolvimento e de salvaguarda do conjunto urbano perduraram por um ano entrando em vigor em 2017. Um plano de gestão que inclui medidas de proteção, conservação e valorização a serem implementados no circuito administrativo assegurado pela rede de atores - Estado, autoridades locais e associados. Quanto aos aspectos normativos, constam as orientações destinadas ao perímetro de proteção, assim como as que se aplicam na área de amortecimento, todas elas validadas e acordadas preliminarmente pelas autoridades administrativas.

O plano de gestão de salvaguarda do patrimônio mundial é, portanto, além de uma responsabilidade do gestor público, uma oportunidade de amadurecer e aprofundar laços entre o sítio histórico – o território- e a população local. Esse processo mostra a ambição dos gestores da cidade em construir uma visão compartilhada entre os diferentes atores do território.

## 4 | CONCLUSÃO

O estabelecimento do Valor Universal Excepcional (VUE), objeto de contrato e responsabilidade entre o Estado e a UNESCO, é muito além de contrato, é uma oportunidade para estabelecer diretrizes adaptadas ao sítio patrimônio mundial.

As diretrizes que devem ser estabelecidas pelo próprio país de gestão para a salvaguarda do patrimônio cultural, ao invés de serem tratadas como medidas punitivas ou de impedimento ao desenvolvimento são, na verdade, oportunidades para elaboração de eixos de condutas para uma gestão que acompanha a evolução do território. Nos exemplos tratados nesse artigo, observa-se que essa prática estabelece um contrato social entre o conjunto dos atores e favorece princípios de liberdade responsável da gestão do sítio.

Para que haja liberdade responsável, quais são os critérios e categorias de ações que devem ser consideradas para que se obtenha resultados positivos? Esta foi uma das questões que instigou a realização desse artigo e a apresentação dos estudos de caso no capítulo 2.

O caso do Havre (França) apresenta um exemplo onde o instrumento Valor Universal Excepcional foi desdobrado a níveis contratuais intergovernamentais.

O fato mostra que os sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial pelo seu Valor Universal Excepcional, reconhecido pela comunidade internacional, é uma singularidade que não impede as práticas locais de aplicarem uma gestão do patrimônio e a gestão da cidade se coloca numa dinâmica de desenvolvimento. Assim, na dinâmica dos olhares

cruzados, da troca de informações, ajudam a desenvolver uma análise transversal e multicritérios para compartilhar e enriquecer o conjunto dos protagonistas.

O estudo voltado sobretudo para instrumentalizar os prefeitos e gestores das cidades históricas vai além da abordagem ou do projeto, corresponde mais a uma dinâmica de instrumentalização e valorização das competências locais, desenvolvimento e promoção de laboratórios de ideias, estimulação à cooperação entre as cidades, acompanhamento das transformações e elabora e dinamiza a gestão das políticas públicas urbanas e, por fim, promove um desenvolvimento urbano centrado no respeito e na valorização do patrimônio. Dos estudos de casos das cidades históricas em desenvolvimento, chaves para compreender e agir, vale lembrar os princípios estruturantes que serviram de base para a metodologia do estudo:

- uma constatação: o patrimônio, cujo conceito passou por uma profunda mutação nas últimas décadas, é um verdadeiro desafio para a questão urbana. O valor social do patrimônio é um campo de investigação que merece uma atenção particular no esforço da gestão.

- uma certeza: os valores do patrimônio são únicos, nesse sentido não são reproduzíveis, porém a ação das cidades na gestão do patrimônio representa uma experiência capital de saberes, rica em aprendizado e útil para todas as cidades históricas.

- uma convicção: a gestão do patrimônio pelos governos locais está necessariamente em interação com o projeto urbano.

- uma ambição: o projeto de salvaguarda e de valorização do patrimônio pode e deve ser um trampolim para o desenvolvimento das cidades.

Para o caso do Conjunto Urbano de Brasília, deve-se mencionar a especificidade política administrativa do DF, onde o morador, o habitante e o usuário de um sítio histórico, parte da cadeia dos atores imprescindíveis para estabelecer uma gestão dinâmica do patrimônio e do território, não tem representatividade por prefeitos e vereadores, o que revela um desafio particular para esse sítio patrimônio mundial onde o terceiro setor me parece ter um papel fundamental na questão.

## REFERÊNCIAS

**AVAP Diagnóstico Le Centre Reconstruit Site du Patrimoine Remarquable.** Caderno de Apresentação Le Havre, 2016.

**AVAP Rapport de Présentation Le Centre Reconstruit.** Caderno de Apresentação Le Havre, 2016.

COMITÉ SCIENTIFIQUE INTERNACIONAL XX SIECLE - ICOMOS, **Approche pour la conservation du patrimoine du XX siècle Documents de Madri- New Delhi** . ICOMOS, 2017.

ICCROM, ICOMOS, IUCN. **Valor Universal Excepcional** – UNESCO, Julho 2010.

LE HAVRE. **Plan de Gestion UNESCO**. Caderno de apresentação Le Havre, 2018.

STENZEL, Emilia: **Análise da Portaria 166, Relatório de 2018 do Conselho Regional do Centro-Oeste, enviado ao Icomos Internacional**, Brasília, 2018.

UNESCO e vários organismos internacionais, **Villes historiques en développement. Des clés pour comprendre et agir, Un recueil d'étude de cas sur la conservation e la gestion des villes historiques**. Cahier d'analyse e Cahier d'Etude de cas, UNESCO, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 10, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 67, 68, 235, 241

Área Metropolitana 10, 1, 2, 240, 251

Arquitetura 2, 9, 10, 1, 25, 26, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 64, 68, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 125, 126, 127, 133, 135, 136, 137, 144, 194, 202, 212, 213, 217, 225, 226, 250, 253, 255, 256, 257, 259, 265, 266, 267, 268

Arquitetura em Madeira 81, 91, 96

Arquitetura Escolar 52

Assentamentos Informais 11, 110, 112, 114, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136

### B

Belém 12, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 254

Brasília 12, 26, 109, 115, 124, 135, 136, 207, 210, 211, 212, 225, 227, 228, 229, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 268

### C

Centralidade 11, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Centro 10, 11, 1, 4, 5, 9, 14, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 57, 89, 104, 110, 111, 112, 115, 120, 123, 126, 128, 135, 142, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 207, 213, 216, 217, 218, 219, 226, 228, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 260

Centro Cultural 10, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51

Cidade 9, 10, 5, 7, 8, 20, 24, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 68, 85, 93, 100, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 179, 180, 183, 194, 200, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 262, 264, 265

Cidades Brasileiras 11, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 243

### D

Desenho Urbano 18, 20, 26

Desigualdade 11, 116, 126, 127, 130, 131, 136, 143, 233

## **E**

Esgoto 11, 131, 133, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 163, 235

Exclusão Territorial 11, 126, 127, 131, 134, 136

## **G**

Gestão Urbana 143, 210, 213, 215, 217, 222, 225

## **H**

História da cidade 174

## **J**

Jane Jacobs 10, 69, 70

## **L**

Legislação Urbanística 116, 136, 238

Lisboa 10, 1, 2, 25, 26, 85, 93, 97, 108

## **M**

Madeira 10, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 200, 205

Morfologia Urbana 2, 3, 4, 8, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 25, 179, 214, 215, 229, 236

Multidisciplinaridade 9

Museu 45, 94, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 108, 109, 173, 199, 204, 208, 217

## **P**

Paisagem 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 21, 23, 24, 25, 26, 50, 89, 90, 144, 164, 170, 179, 180, 210, 212, 213, 215, 216, 222, 224, 225, 257, 268

Parque Urbano 31

Patrimônio 12, 45, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 239

Patrimônio Histórico 12, 45, 92, 93, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 239

Planejamento Urbano e Regional 9, 12, 194, 255, 256, 257, 259, 266, 267

Planos Regionais 194

projeto urbano 25, 210, 214, 215, 218, 221, 222, 227

## **R**

Rua 9, 4, 14, 15, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 166, 172

## S

São Paulo 10, 11, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 68, 91, 92, 93, 95, 96, 108, 109, 115, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 152, 162, 163, 172, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 208, 231, 251, 252, 253, 254

SESC 24 de Maio 10, 43, 51

Sítio Arqueológico 12, 95, 195, 199, 202, 203, 205, 206, 207, 209

Sustentabilidade 11, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 212, 215

## T

Tecido Urbano 10, 1, 3, 4, 7, 9, 10, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 164, 169, 171, 213, 216, 236, 243, 253

Técnicas Construtivas 10, 80, 81, 84, 89, 90, 91, 96

Território 9, 2, 3, 4, 21, 24, 26, 53, 84, 87, 89, 90, 103, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 164, 167, 168, 170, 179, 195, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 213, 214, 215, 218, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 248, 250, 251, 252, 254, 264

Tombamento 12, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 211, 239

## U

Urbanismo 9, 11, 1, 25, 26, 43, 46, 52, 53, 68, 69, 79, 92, 96, 110, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 148, 171, 181, 194, 250, 253, 255, 257, 259, 268

Urbanismo Contemporâneo 11, 138, 143, 146, 243



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

## 2

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 